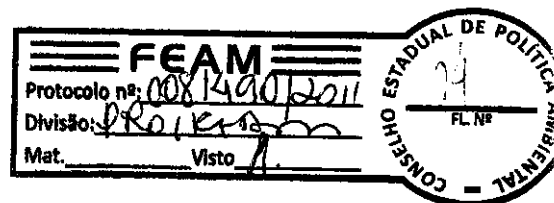




ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



Processo nº: 11328/2005/001/2009

Assunto: Auto de Infração nº 045460/2007

Interessado: SERGIO DO CARMO ROCHA - ME.

RELATÓRIO

PARECER JURÍDICO

1 – A pessoa física em epígrafe foi autuada como incurso no inciso IX, artigo 87, do Decreto nº 44.309/06, pela seguinte irregularidade: *“Exercer atividade de fabricação de aguardente há 8 anos com lançamento de vinhoto em um pequeno curso d’água, onde o responsável não possui tanques para depósito da produção de 800 litros de rejeito, sendo este lançado diretamente em curso d’água”*. Consta do Auto de Infração em questão o proprietário do empreendimento como responsável solidário do exercício da atividade.

2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, o autuado apresentou sua defesa, onde em síntese alega não lança rejeitos em curso d’água e sim em poço especialmente construído para esse fim; trata-se de pequeno produtor rural e é considerado produtor artesanal; espera o cancelamento da multa e um prazo maior para providenciar a documentação exigida.

3 - ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico o autuado não apresentou nenhum dado ou fato capaz de descaracterizar o auto em questão, demonstrando ter sido corretamente lavrado o Auto de Infração.

No caso em tela, a PMMG responsável pela lavratura do Auto de Infração decorrente de denúncia de poluição hídrica constatou o lançamento de vinhoto em um pequeno riacho proveniente de um alambique. (BO nº 683169/2007).

O único argumento que sustenta a defesa é negar a autuação, onde simplesmente contesta a atividade de fabricação de aguardente não sendo o responsável pela poluição causada.

A Lei 7.772/80, art. 2º, § 2º menciona como agente poluidor a pessoa física ou jurídica responsável por fonte de poluição. A Lei Federal 6.938/81, art. 3º inciso IV, já explicita mais que o responsável, no caso, é aquele que é responsável, direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental.

Por fim, O Decreto Estadual nº 44.309/06 regulamentou totalmente esta Lei 7.772/80. Posteriormente, o Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, revogou o decreto anterior, tendo determinado em seu art. 96 o seguinte, *verbis*:

“Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais

benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa"

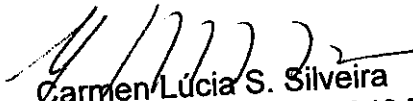
Insta salientar que por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, das disposições transitórias, o valor da multa deverá ser alterada para R\$ 2.500,00 por ser a mais benéfica ao atuado.

CONCLUSÃO

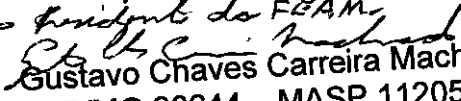
Ante ao exposto e diante da ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos ao servidor indicado com autoridade competente nos termos da Portaria da FEAM de 405 de 20 de setembro de 2010, **opinamos pela multa no valor de R\$2.500,00**, artigo 87, inciso IV c/c artigo 96 do Decreto nº 44.844/08.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2011.


Carmen Lúcia S. Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP -1.043.754-9
Procuradoria da FEAM

De acordo: Em 09/02/11

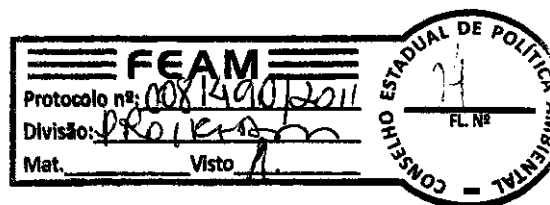
Em tempo, a autoridade competente para julgamento
é o Presidente da FEAM.

Gustavo Chaves Carreira Machado
OAB/MG 90644 – MASP 1120512-7
Procurador-Chefe FEAM



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado

Procuradoria da FEAM



Processo nº: 11328/2005/001/2009

Assunto: Auto de Infração nº 045460/2007

Interessado: SERGIO DO CARMO ROCHA - ME.

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

1 – A pessoa física em epígrafe foi autuada como incurso no inciso IX, artigo 87, do Decreto nº 44.309/06, pela seguinte irregularidade: *“Exercer atividade de fabricação de aguardente há 8 anos com lançamento de vinhoto em um pequeno curso d’água, onde o responsável não possui tanques para depósito da produção de 800 litros de rejeito, sendo este lançado diretamente em curso d’água”*. Consta do Auto de Infração em questão o proprietário do empreendimento como responsável solidário do exercício da atividade.

2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, o autuado apresentou sua defesa, onde em síntese alega não lança rejeitos em curso d’água e sim em poço especialmente construído para esse fim; trata-se de pequeno produtor rural e é considerado produtor artesanal; espera o cancelamento da multa e um prazo maior para providenciar a documentação exigida.

3 - ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico o autuado não apresentou nenhum dado ou fato capaz de descaracterizar o auto em questão, demonstrando ter sido corretamente lavrado o Auto de Infração.

No caso em tela, a PMMG responsável pela lavratura do Auto de Infração decorrente de denúncia de poluição hídrica constatou o lançamento de vinhoto em um pequeno riacho proveniente de um alambique. (BO nº 683169/2007).

O único argumento que sustenta a defesa é negar a autuação, onde simplesmente contesta a atividade de fabricação de aguardente não sendo o responsável pela poluição causada.

A Lei 7.772/80, art. 2º, § 2º menciona como agente poluidor a pessoa física ou jurídica responsável por fonte de poluição. A Lei Federal 6.938/81, art. 3º inciso IV, já explicita mais que o responsável, no caso, é aquele que é responsável, direta ou indiretamente por atividade causadora de degradação ambiental.

Por fim, O Decreto Estadual nº 44.309/06 regulamentou totalmente esta Lei 7.772/80. Posteriormente, o Decreto nº 44.844, de 25 de junho de 2008, revogou o decreto anterior, tendo determinado em seu art. 96 o seguinte, *verbis*:

“Art. 96. As alterações nos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais

benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa"

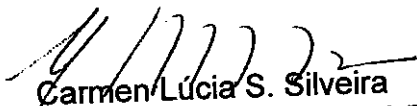
Insta salientar que por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08, das disposições transitórias, o valor da multa deverá ser alterada para R\$ 2.500,00 por ser a mais benéfica ao autuado.

CONCLUSÃO

Ante ao exposto e diante da ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos ao servidor indicado com autoridade competente nos termos da Portaria da FEAM de 405 de 20 de setembro de 2010, **opinamos pela multa no valor de R\$2.500,00**, artigo 87, inciso IV c/c artigo 96 do Decreto nº 44.844/08.

É o parecer, *s.m.j.*


Belo Horizonte, 18 de janeiro de 2011.



Carmen Lúcia S. Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP -1.043.754-9
Procuradoria da FEAM

De acordo: Em 09/02/11

*Em tempo, a autoridade competente para julgar
é o Presidente da FEAM.*



Gustavo Chaves Carreira Machado
OAB/MG 90644 – MASP 1120512-7
Procurador-Chefe FEAM